



## SINDJUS COBRA VOLTA DOS SERVIDORES QUE ESTÃO NO SAAN



Sindjus e servidores reagem ao tratamento dado aos servidores no SAAN

O coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo e a diretora Eliza Ávila acompanhados de uma comissão de servidores, reuniram-se na tarde do dia 14 de março, com o diretor-geral do STF, Sérgio José Américo Pedreira, para cobrar uma providência imediata em relação aos servidores que trabalhavam no Anexo I e foram transferidos temporariamente para o Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN), sob a justificativa de uma reforma no prédio. Roberto Policarpo entregou um ofício ao diretor-geral explicando todos os problemas que estão sendo enfrentados pelos servidores.

“O prazo dado pelo Supremo para a vol-

ta desses servidores já está expirando e as condições precárias de trabalho vividas naquele local exigem uma solução urgente por parte da administração do órgão. O local improvisado não tem estrutura adequada para abrigar com dignidade os servidores, tampouco para permitir que eles desenvolvam um trabalho de qualidade”, explica Policarpo.

O Sindjus cobra a volta imediata dos servidores - e não abre mão disso -, mas enquanto essa volta não ocorre de fato, o sindicato tomou medidas, junto ao diretor-geral, que buscam amenizar os problemas enfrentados pelos servidores. Confira mais detalhes no verso deste boletim.

### Sindjus propõe dois turnos no STF

Aproveitando a discussão sobre a redefinição do espaço de trabalho no STF, Policarpo sugeriu a possibilidade de dois turnos de trabalho no STF, com objetivo de diminuir o espaço físico ocupado pelos servidores no edifício-sede. “Com dois turnos, os servidores que estão no SAAN poderiam retornar imediatamente ao STF. Estudos demonstram que dois turnos aumentam a produtividade do órgão. No STJ, onde isso já foi implantado, o resultado é muito positivo”.

Policarpo informou aos presentes que

a implantação dos dois turnos no STJ foi implantada sem que para isso ocorresse aumento de despesas com pessoal e do quadro de servidores. Além de aperfeiçoar o funcionamento interno do Tribunal, a população também está sendo melhor atendida. Embora concorde com a idéia levantada pelo coordenador-geral do Sindjus, Pedreira afirmou que esse assunto depende do aval do ministro Gilmar Mendes. “É uma alternativa a ser pensada”. Com o apoio do diretor-geral, Policarpo ficou de fazer essa sugestão, de maneira oficial, ao ministro Gilmar Mendes.

### CNJ não pode sobrecarregar STF

Durante a reunião, Policarpo enfatizou que os servidores do STF não podem ser lesados pelo espaço físico ocupado pelo CNJ dentro do Supremo tampouco por suas atribuições. Em razão do tratamento diferenciado quisto pelo órgão, os servidores do STF acabam fazendo dupla jornada, ou seja, cumprindo as tarefas do Supremo e do Conselho, sem receber benefício algum por isso. O órgão que foi criado pela Emenda Constitucional nº 45 (Reforma do Judiciário) para desenhar estratégias que modernizem o Judiciário e controlem o trabalho de seus personagens. Mas não é isso que vem ocorrendo. Os servidores estão sobrecarregados a ponto de terem prejudicadas suas rotinas de trabalho.

Em relação à reorganização do espaço físico, Policarpo afirmou que há setores que têm obrigatoriedade de ficar no edifício-sede enquanto outros podem ser instalados em novas estruturas, como o CNJ. “O que não pode acontecer é que só um setor, formado por servidores de carreira do STF, seja penalizado”, cobrou o coordenador-geral do Sindjus, remetendo ao caso dos servidores que estão no SAAN.

Pedreira respondeu que a decisão de retirar ou não o CNJ do edifício-sede e de corrigir essa dupla função dos servidores é do ministro Gilmar Mendes. No entanto, garantiu que é uma questão que deve ser discutida de forma mais profunda para avaliar os reais benefícios e prejuízos causados por esse órgão dentro da estrutura do Supremo. Policarpo ficou de encaminhar essa discussão junto ao novo presidente do STF.



## Sindjus defende uniformização do AQ

O coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, participou no dia 18 de março de uma reunião com os diretores gerais dos órgãos do Poder Judiciário, no Supremo Tribunal Federal. No encontro, Policarpo expôs dois pleitos em relação ao Adicional de Qualificação (AQ). Ambos os temas são decorrentes da regulamentação do PCS III do Judiciário (Lei 11.416/06).

Policarpo defendeu a alteração da Portaria Conjunta nº 1, de 2007, para acrescentar-lhe uma regra transitória, que amenize os efeitos nocivos do artigo 6º, que condicionou o adicional de qualificação a uma correlação dos conhecimentos adicionais obtidos em cursos de pós-graduação com as atribuições do cargo efetivo ou as atividades desempenhadas no exercício de cargo em comissão ou de função comissionada. Esse artigo inovou ao determinar que muitos desses cursos, já iniciados, não se relacionavam com as atribuições dos seus cargos e funções. Segundo Policarpo, não é justo que os servidores que iniciaram cursos, sem conhecimento da nova regra, sejam penalizados.

Além dessa regra transitória, Policarpo propôs a uniformização do Adicional de Qualificação no âmbito do Judiciário. Afirmou que a visão do conteúdo dos cursos observada no TST e no STJ é muito mais ampla do que a aplicada em outros tribunais. Segundo Pedreira, os diretores gerais vão analisar esses pleitos com base na análise feita pela comissão técnica e fazer uma nova reunião. Mostrando-se receptivo aos requerimentos de Policarpo, que usou uma série de argumentos convincentes a cerca da realidade enfrentada pelos servidores, Pedreira afirmou: "Temos a intenção de uniformizar, de padronizar. Afinal, é isso que diz o artigo 26 da Lei".



### NO SAAN, OS SERVIDORES NÃO TÊM DIREITO A:

**SERVIÇO DE SAÚDE** – Não há estrutura, médico, enfermeiro ou outro profissional qualificado no SAAN para prestar atendimento médico.

**AMBULÂNCIA** – Em caso de emergência, servidores terão de esperar um longo tempo até o deslocamento de uma ambulância.

**BERÇÁRIO** – Mesmo havendo 3 servidoras grávidas e 2 de licença-maternidade não há serviço do tipo no SAAN.

**SEGURANÇA** – Em razão da falta de iluminação e agentes de segurança, já há boletins de ocorrência registrando incidentes graves.

**COMUNICAÇÃO** – Os servidores não recebem informações importantes do edifício-sede, sendo prejudicados em seus direitos e em sua rotina de trabalho.

**BIBLIOTECA** – Os servidores precisam se deslocar até o Supremo para pegar ou entregar livros e outros materiais.

**SERVIÇO BANCÁRIO** – Só há dois caixas eletrônicos do Banco do Brasil. Muitos servidores têm conta na Caixa Federal e no Banco Real e precisam se deslocar para outros pontos da cidade para efetuar esse tipo de serviço.

**RESTAURANTE DE QUALIDADE** – Funciona em situação irregular (alimentos e condições de preparo não passam por controle algum).

**LEVAR OU BUSCAR FILHOS NA ESCOLA** – Em razão da promessa do retorno, as matrículas foram realizadas em escolas próximas ao edifício-sede. Agora, o deslocamento provoca atrasos, trans-

tornos e constrangimentos.

**JORNADA JUSTA** – muitos servidores estão cumprindo jornada dupla em função de reuniões e deslocamentos constantes para o edifício-sede.

**ILUMINAÇÃO** – O clima de insegurança nas proximidades do prédio do SAAN é muito grande.

**ESTACIONAMENTO DIGNO** – Não há vagas demarcadas e sobram poças de lama

**SINALIZAÇÃO** – Aposentados e demais cidadãos reclamam da dificuldade em chegar ao local.

**ISONOMIA DE TRATAMENTO** – Os servidores do SAAN estão sendo tratados de forma desigual em relação aos que ficaram no STF.

**QUALIDADE DE VIDA E DE TRABALHO** – Impróprias e não aceitáveis pelo Sindjus!

O Sindjus trabalha pela volta imediata dos servidores, mas para tentar amenizar o problema foram discutidos os pontos acima e algumas providências foram prometidas. Entre elas, o plantão diário de um enfermeiro e de um médico; a supervisão do restaurante; o reforço da segurança; o corte do mato em volta do prédio; a troca da iluminação queimada no estacionamento; caixas eletrônicos de outros bancos no SAAN. Embora sejam necessárias, estas providências não resolvem o problema central que é o retorno dos servidores ao edifício-sede do STF. Por isso, O Sindjus garante que não descansará enquanto isso não acontecer.

## Sindjus estreia tv web

Já está disponível em nosso site ([www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br)) a primeira edição da TV Sindjus, uma tv web que vai aproximar ainda mais o sindicato de seus associados. No programa de estreia, o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, discorre sobre a luta pela construção do Plano de Carreira da categoria. Saiba todos os detalhes sobre essa nova e importante caminhada que começa a ser percorrida. Assista e participe da TV Sindjus enviando sugestões e perguntas para [tvweb@sindjusdf.org.br](mailto:tvweb@sindjusdf.org.br).